

ASPECTOS MORFOSSINTÁCTICOS DO PORTUGUÊS ANGOLANO (PA) NA PRODUÇÃO TEXTUAL DE ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO – CARACTERIZAÇÃO DE INFLUÊNCIAS DO CONTACTO LINGUÍSTICO UMBUNDU-PORTUGUÊS

MORPHO-SYNTACTIC ASPECTS OF ANGOLAN PORTUGUESE (AP) IN THE TEXTUAL PRODUCTION OF SECONDARY EDUCATION STUDENTS – CHARACTERIZATION OF UMBUNDU-PORTUGUESE LINGUISTIC CONTACT

Francisco José Tchilonga (ISCED)¹

Thomas Fairchild Massao (UFPA)²

Resumo: No período pós-independência de Angola, multiplicaram-se os estudos voltados à descrição de variedades da língua portuguesa falada nesse país, muitos dos quais visando estabelecer uma norma nacional distinta da norma europeia até então praticada no ensino. Tais estudos, no entanto, têm privilegiado dados orais coletados em contextos extra-escolares. Apesar de tal desiderato, alguns desses autores serviram para o embasamento teórico desse trabalho, e o destaque vai para autores como Adriano (2014), Undolo (2016) Sassuco (2021) e Zau (2011). Desses trabalhos verificamos que são poucos os que tomam a problemática da variação e da coabitação linguística a partir das práticas de ensino, do texto e da escrita. Neste trabalho, propomos identificar e analisar fenômenos linguísticos em textos escritos por alunos, recorrendo às propostas teóricas de Barzotto (2004) e de Geraldi (2006) para destacar ocorrências de natureza morfo-sintática que diferem da norma do Português Europeu (PE), tal como ensinado em Angola, compreendendo que esses fenômenos podem indicar influências do contato linguístico umbundu-português. Os dados foram coletados junto a alunos do Ensino Secundário do I e II ciclos na província do Huambo. Destacamos ocorrências que seriam tendencialmente identificadas como erros, construímos interpretações sobre sua motivação e procuramos identificar aquelas que podem ser atribuídas à coabitação português-umbundu. Entre os resultados, chega-se às conclusões de que: a) os textos escolares manifestam diversas características do Português Angolano (doravante PA) falado com tendência para o culto, algumas das quais, já descritas na literatura; b) parte desses fenômenos, atribuídos por linguistas à influência de línguas africanas, pode ser explicada de outra maneira; c) os indícios de transferência linguística entre o umbundu e o português são de difícil identificação, especialmente para o

¹ Mestre em Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior das Ciências da Educação – ISCED – Sumbe/Angola. Professor do Ensino Primário e Secundário e professor de Língua Portuguesa, Literatura, Língua Umbundu e Sociolinguística no Instituto Superior das Ciências da Educação – ISCED-Huambo/Angola; Professor de Fonologia e Morfologia no Instituto Superior Politécnico Ekuikui II – Huambo/Angola. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0001-8183-911X>. E-mail: tchilongafrancisco@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. É docente da Universidade Federal do Pará desde 2009, onde atua na licenciatura em Letras Língua Portuguesa, no Programa de Mestrado em Rede em Letras PROFLETRAS e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Exerceu as funções de Diretor da Faculdade de Letras (2010-2013), Vice-Coordenador do PPGL (2017-2018) e Diretor-Adjunto do Instituto de Letras e Comunicação (2018-2022). Foi Primeiro Secretário da Associação Brasileira de Linguística ABRALIN (2013-2015); presidente (2014-2016) e vice-presidente (2016-2018) da Associação Nacional de Pesquisa na Graduação em Letras ANGPI; colabora com a Universidad Pedagógica Nacional Francisco Morazán UPNFM (Honduras) e com o Instituto Superior de Ciências da Educação ISCED/Sumbe (Angola). Integra a rede de pesquisa Leitura, Escrita e Produção de Conhecimento no Ensino Superior LEPCEs. Lidera do Grupo de Pesquisa em Discurso, Sujeito e Ensino DISSE. Atua na formação de professores de língua materna. Pesquisa a leitura e a produção de textos a partir de um viés que problematiza a relação entre a escrita, a subjetividade e a produção de conhecimentos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2520-4600>; e-mail: tmfairch@yahoo.com.br.

professor, e podem confundir-se com fenômenos próprios da escrita (truncamentos, lapsos, reformulações). Tais resultados apontam a necessidade de debates sobre a avaliação da escrita na escola, sobre a maneira como os pesquisadores vêm compreendendo o papel das chamadas “línguas nacionais” na formação do PA e sobre a própria compreensão das línguas, tomadas aqui como sistemas abertos, interpenetráveis e permeáveis às ações dos falantes.

Palavras-chave: traços morfossintáticos; texto; transferências linguísticas; ensino-aprendizagem; português angolano.

Abstract: In Angola's post-independence period, studies describing varieties of the Portuguese language spoken in that country proliferated, many of which aimed to establish a national standard distinct from the European standard previously practiced in teaching. Such studies, however, have prioritized oral data collected in out-of-school contexts. Few studies address the issue of linguistic variation and cohabitation from the perspective of teaching practices, a context in which, nevertheless, complex situations are faced, especially regarding writing. In this work, we propose to identify and analyze, in texts written by students, morphosyntactic occurrences that differ from the standard European Portuguese (EP) as taught in schools and that may indicate influences from Umbundu-Portuguese language contact. The data were collected from secondary school students of the first cycle in the province of Huambo. We highlighted occurrences that would tend to be identified as errors, constructed interpretations about their motivations, and sought to identify those that can be attributed to the cohabitation of Portuguese and Umbundu. Among the results, we concluded that: a) school texts manifest several characteristics of Portuguese already described in the literature; b) some of these phenomena, attributed by linguists to the influence of African languages, can be explained in other ways; c) the signs of linguistic transfer between Umbundu and Portuguese are difficult to identify, especially for teachers, and can be confused with phenomena specific to writing (truncations, lapses, reformulations). These results highlight the need for debates on writing assessment in schools, on how researchers understand the role of so-called “national languages” in the formation of Portuguese, and on the very understanding of languages, considered here as open, interpenetrable systems, permeable to the actions of speakers.

Keywords: morphosyntactic features; text; linguistic transfers; teaching-learning.

Introdução

Angola é um país do continente africano colonizado por Portugal, tendo os europeus deixado um idioma, o português, que hoje constitui o ponto nevrálgico das políticas linguísticas no país. Esta língua goza de um estatuto especial pois, foi declarada como língua de “unidade nacional” aquando da proclamação da independência em 1975 pelo então presidente da República António Agostinho Neto. Tal estatuto foi sendo reforçado, sobretudo a partir da Constituição da República, que a consagra como única língua oficial do Estado. Este pressuposto tem consequências diretas no plano do ensino, colocando-a como a única língua de instrução e, com isto, relegando as outras línguas presentes no território angolano ao segundo plano³.

³ O uso das “línguas nacionais” no ensino só é previsto pela Lei de Bases do Sistema Educativo na educação de adultos. De acordo com a Lei 30/20 – Lei do Sistema Educativo angolano, no seu artigo 16º, n 3, pode-se ler: “[s]em prejuízo do nº 1 do presente artigo, particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino **pode** ser ministrado nas línguas nacionais” (Angola, 2020, p. 4424; negritos nossos). Isso significa que a única brecha deixada para as línguas angolanas é de servirem para o ensino de adultos, e ainda assim sem prejudicar o que refere o ponto nº 1, segundo o qual “o ensino de Angola é ministrado em Língua Portuguesa” (Angola, 2020, p. 4424).

Isto tem levantado muitos questionamentos num país multilinguístico, onde há mais de vinte línguas pertencentes aos grupos bantu e khoisan convivendo com outras línguas europeias e não só. A escola angolana de hoje, não obstante, segue prescrevendo a norma europeia do português, classificando como erro, ou “calão”, uma série de características próprias da variedade angolana do português e, com isso, exercendo uma postura que se pode caracterizar como preconceituosa contra os alunos. Uma justificativa repetida com frequência para explicar a reprodução dessas práticas é a afirmação de que ainda está por ser estabelecida uma norma angolana do português, razão pela qual, na sua ausência, seria necessário pautar-se pela única disponível. A perpetuação desse estado de coisas é um dos factores que estão na base do insucesso escolar e, enquanto agentes desse processo, entendemos abraçar este desafio em busca de respostas.

Contrapondo-se à hegemonia da norma europeia em Angola, estudos como os de Undolo (2016), Sassuco (2021) e Soma (2016) demonstram que há uma norma em construção do português em Angola, uma variedade que se afirma com características próprias, algumas delas muito recorrentes e reconhecidas até de forma intuitiva pelos falantes, bem como amplamente representadas em textos literários, pelo que se coloca urgente refletir sobre o enquadramento das diferentes formas de falar e de escrever o português nessa norma em ascensão. Entendemos que esta é influenciada pelo contato entre o português europeu e as línguas de origem bantu e khoisan no território hoje correspondente a Angola, e que no âmbito desse estudo são tratadas como Línguas Angolanas (doravante LAs), mas também resulta de tendências internas à própria língua. Com isso, queremos simplesmente nos contrapor à imagem do português como língua estática, modificada apenas por força dos idiomas que o rodeiam – pressuposto presente em pesquisas dos autores mencionados que tentam explicar todas as características do Português Angolano (doravante PA) como interferências de estruturas das LAs.

Parece-nos que se aplica com exatidão, no contexto angolano, a declaração de Maurizio Gnerre: “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações económicas e sociais” (Gnerre, 1998, pp. 6-7). O que não quer dizer que adotando uma variedade de prestígio, o falante passe a ter o mesmo poder e autoridade das classes sociais que a praticam – trata-se de um equívoco, a ideia de que, modificando-se a maneira de falar, transforma-se a própria sociedade. . Isto dito, ainda se vêem as LAs como se fossem inferiores ao português, acreditando-se que lhes “faltam” certos sons, estruturas ou palavras – prolongamento da ideologia colonial que vê o africano como inferior ao europeu. A escola, ao prescrever como “corretas”, “bonitas” ou “precisas” as marcas da língua considerada culta, legitima um determinado modo de falar e de escrever, produzindo valores diferenciais para os variados modos de uso da língua. É interessante observar, no entanto, como diversos outros campos da sociedade podem produzir formas da utilização da língua que se distanciam dessa marcação de valor produzida pela escola e usam uma linguagem própria, com certos modos de falar que não obedecem à lógica do sistema escolar e que, por esse motivo, acabam sendo desvalorizados. Estamos em presença daquilo que Bourdieu (1996) chamou de produção e reprodução da língua legítima.

Esta pesquisa é motivada pelo dilema do distanciamento entre o português idealizado, ensinado na escola angolana de acordo com a norma europeia, e o português real que pode ser definido como PA, isto é, o falado no dia-a-dia, procurando perceber como essas manifestações do português real aparecem nos textos produzidos pelos alunos nas escolas secundárias e discutindo que posturas podem ser assumidas diante disso. Somos levados a perceber que, a partir da escrita, temos, na escola, o registo de uma língua com características próprias, o que consiste em um caminho para o reconhecimento das variedades do português de Angola. Pretende-se igualmente estimular uma visão da escrita em contextos escolares mais sensível ao plurilinguismo e à interculturalidade, pleiteando o entendimento das inovações das estruturas morfossintáticas do PA como uma riqueza que os professores de Língua Portuguesa ainda não têm podido explorar por força das normatizações da escola oficial.

Deste modo, o estudo objetiva identificar e caracterizar alguns dos traços morfossintáticos divergentes da norma europeia em textos escritos pelos alunos do Ensino Secundário, revisando as interpretações correntes de alguns deles e propondo novas interpretações em alguns casos. Procuramos com isso colaborar com o reconhecimento de características do PA e com o aprimoramento da compreensão que se tem atualmente sobre a coabitação linguística em Angola bem como contribuir para o panorama dos estudos variacionistas aplicados ao ensino de línguas.

Para efeito, do ponto de vista do problema de investigação, entendemos refletir sobre duas questões que achamos fundamentais:

- i) Que marcas do PA podem ser identificadas nas produções escritas em português por alunos do Ensino Secundário do I e II Ciclos?;
- ii) Quais dessas marcas podem ser atribuídas à influência mútua entre português e umbundu?

Assim, expostos os elementos preliminares do nosso estudo, importa realçar que perpassam a estrutura desse artigo aspectos sobre a contextualização do português em Angola, explorando-se algumas percepções sobre o PA, segue-se a metodologia adotada no trabalho, informando o contexto da pesquisa e o desenho metodológico, de seguida, passamos para os resultados da pesquisa e discussão dos dados com a identificação das ocorrências ou fenômenos. A discussão dos dados compreendeu a seleção de ocorrências motivadas por transferências linguísticas, buscando a sua interpretação e, incerramos, deste modo, com as considerações finais, ao que se seguiu um conjunto de referências.

1 Contextualização do Português em Angola

O português em Angola goza de um espaço privilegiado e está na base de uma homogeneidade linguística que se pode comparar à política linguística colonial, nesse contexto, as línguas angolanas foram combatidas através do Decreto 77, de 1921, assinado por Norton de Matos, o que significou também combater as práticas socioculturais dos povos que habitam este território. Hoje, o português é considerado como a única Língua Oficial do Estado pela Constituição da República e a única língua de ensino de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, num cenário multilinguístico, onde a prática mostra que há uma intensa convivência do português com várias línguas angolanas de origem africana, o que resulta em estruturas linguísticas específicas do português em Angola.

1.1 Algumas percepções do PA e o (não) lugar das Línguas Angolanas (LAs)

Toda língua é adequada à comunidade que a utiliza; é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico de seu contexto. É absolutamente impróprio dizer que há línguas pobres em vocabulário (ALKIMIM, p. 2003, p. 39). Por que se considera desagradável ouvir, por exemplo, “justícia” no falar relacionado às zungeiras, no português angolano? Afinal, a mesma palavra existe em espanhol, tal e qual é pronunciada por essa camada dessa sociedade. Por que razão, de igual modo, se considera “feia” a transfonologização⁴ nas palavras “índeresande” (interessante) e “sustenda” (sustenta), como constam do nosso *corpus* também, com a presença dos fonemas “nde” e “nda”, se esses também se realizam nas palavras conhecidas em português como “onde”, “estende” e “estenda”?

Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, contém sempre variações. Pode-se afirmar que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. Isso significa dizer que

⁴ Fenômeno referido por Sassuco (2021)

qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. Algumas das variantes que constituem essas variedades, no entanto, tendem a ser “marcadas”⁵ – isto é, percebidas pelos falantes como indicativos de alguma característica associada ao próprio falante, seja ela positiva ou negativa. A produção desses valores de “bonito” e “feio”, “certo” ou “errado”, está atrelada às relações sociais e não a propriedades intrínsecas das línguas. Contudo, a projeção dos valores sociais nas línguas faz com que essas percepções sejam atribuídas aos próprios signos linguísticos. É uma forma de se silenciar – e, talvez, tolerar – as formas de discriminação vigentes em uma sociedade.

Pode-se entender que o preconceito contra o africano, atrelado à história de colonização de Angola, ainda é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de pesquisas sobre as línguas faladas no país. Os estudos sobre as línguas angolanas remontam aos trabalhos de antropólogos e missionários, com destaque para Carlos Esterman, que procedeu a um levantamento que deu lugar a um vasto estudo denominado “Etnografia dos povos do Sul de Angola”. Esse estudo evidenciava já, embora de forma superficial, uma ligeira preocupação das línguas classificadas de acordo com os etnônimos, ou seja, conforme os grupos etno-linguísticos de Angola. Contudo, um dos primeiros registros no que respeita a essas línguas, segundo Erverdosa (1979), foi “Elementos gramaticais da Língua Nbandu”, de Saturnino de Sousa e Oliveira e Manuel Alves de Castro Francina, editado em 1864, em que aparecem registrados 20 provérbios em Língua Kimbundu.

Entretanto, a preocupação com as línguas nativas em África, de uma forma geral, surge com o pressuposto das lutas pela independência. Como se pode depreender do estudo de Zau (2011), no quadro da política linguística colonial, as medidas adoptadas, a extinção do estatuto de indígena e a necessidade de concretização do projeto colonialista terão contribuído significativamente para a expansão da língua portuguesa, se considerarmos que a efetivação do mesmo projeto se apoiava nos seguintes condicionalismos processuais:

- 1) Assimilacionismo como caminho para a europeização;
- 2) Domínio do padrão europeu do português contra as variedades reestruturadas do português;
- 3) Implementação de colonatos agrícolas no interior para controlar a ação dos movimentos nacionalistas;
- 4) Política de aldeamentos como forma de evitar a dispersão (Zau, 2011, p. 51).

Desta maneira, com a conquista da independência de muitos países africanos, emergem políticas voltadas ao reconhecimento das línguas e culturas locais. Nesta senda, foi com a realização do 1º Festival Cultural Panafricano de Argel, entre 21 de Julho e 1 de Agosto de 1969, na cidade com mesmo nome, que o debate sobre as línguas africanas ganhou mais evidência. Nas atas do referido festival defendia-se a necessidade de uma cultura autónoma e democrática, elaborada por toda a sociedade, e fonte de intensa criação progressiva, empenhada no desenvolvimento dinâmico das tradições autóctones e não na sua simples preservação. Esta cultura autónoma e democrática deveria estar apta a espelhar e a estimular a evolução socioeconómica de base e a solicitar, ao mesmo tempo, a tomada de consciência das massas. Deveria também ser respeitadora das características regionais e sub-regionais e preocupada em promover a fundação de uma área cultural pan-africana e aberta ao mundo extra-africano, depois da libertação dos modelos europeus (Tavani, 1976). A delegação anfitriã do evento manifestava-se, a propósito, como no relato transcrito:

⁵ Está-se em presença do Princípio da Heterogeneidade Ordenada, fundamentado por Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog em 1968, é o pilar central da Sociolinguística Variacionista. Ele postula que a variação linguística não é aleatória ou caótica, mas sim um sistema organizado, ordenado e sistemático, influenciado por factores internos (estruturais) e externos (sociais).

A língua usada fica em muitos países a mesma da antiga potência colonial; é este um perigo de que é preciso tomar consciência, embora reconhecendo que durante um período transitório, mais ou menos longo, segundo as condições – variáveis de um país para outro, o uso de uma língua estrangeira continue necessário. É preciso impor a língua nacional em todos os graus de ensino, de modo que a personalidade africana possa afirmar-se e desenvolver-se a partir das escolas elementares até à universidade. Deste modo evitaremos a formação de quadros excluídos das realidades nacionais e das massas populares, que ignoram ou conhecem mal a língua estrangeira na qual foi educada a elite (Tavani, 1976).

Nos pontos 12º e 14º das Atas do referido festival, podem ler-se algumas decisões tomadas a propósito do problema linguístico: i) promover a utilização e o ensino das línguas nacionais necessárias para a expressão autêntica da cultura africana e como meio popular para a divulgação científica e técnica; ii) traduzir para as nossas línguas as obras literárias, históricas, filosóficas e científicas que constituem o património comum da humanidade; iii) encorajar a tradução das obras africanas para outras línguas estrangeiras (Ferreira, 1988).

Houve participação de várias delegações, entre as quais a delegação dos atuais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Merece referência, por encarnar o espírito do evento, a delegação da República da Guiné Conakry, que denota, de acordo com Tavani (1976), o testemunho de uma consciência muito mais desenvolvida em relação aos termos reais do problema, ao defender que:

[a] valorização das nossas línguas é concebida como um potente fator de desalienação, de libertação ideológica através de uma renovada confiança em nós próprios, que o colonialismo nos tinha tirado. Assim, desde as primeiras classes, as línguas nacionais não constituem matérias ou disciplinas, mas instrumento, veículo de transmissão de conhecimento e técnica. Nos anos posteriores, inclusive os do ensino superior – 4º ciclo, as línguas nacionais são disciplinas obrigatórias, não só para as Faculdades de Ciências Sociais, mas também para as Faculdades técnicas. As línguas nacionais, a este nível, são provisoriamente consideradas como matérias específicas, porque são previstas nos nossos planos de revolução cultural como instrumentos de ensino que servirão para a liquidação das estruturas mentais estranhas à cultura do nosso povo. (Tanani, 1976)

Os PALOP, comunidade que integra Angola, fizeram-se representar nesse festival por uma delegação chefiada pelo caboverdiano Abílio Duarte, simultaneamente chefe da delegação do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e porta-voz dos outros movimentos de libertação, nomeadamente de Angola (MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola) e Moçambique (FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique). Relativamente ao problema linguístico, assume o princípio de “[...] codificação de línguas africanas e o seu uso para a instrução das massas, para os estudos, e para adaptá-las às necessidades do mundo moderno” (Tavani, 1976, p. 9).

Entretanto, esse programa que Tavani considera extremamente genérico, indica a falta de uma correta tomada de consciência político-ideológica do problema em questão, rapidamente evidencia carências manifestadas pela adopção, por parte do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), da língua portuguesa como língua de alfabetização das massas nos territórios libertados. Situação similar ocorre em Angola e Moçambique, onde, sem causar grande espanto, e em harmonia com aquele movimento, a língua portuguesa é adoptada como única língua oficial. Em relação a Angola, essa opção foi tomada pelos dirigentes do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), partido que proclama a independência nacional. Deste modo, os dirigentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) não

entram apenas em contradição com as sugestões do Manifesto Cultural Pan-Africano, mas também com o seu próprio programa apresentado no 1º Festival Cultural Pan-africano de Argel.

A essa visão político-ideológica de índole panafricanista, se juntam empreendimentos recentes sobre a construção da variedade do português em espaços africanos. Nesse sentido, os estudos sobre a variedade do português angolano remontam ao ano de 1983, oito anos após a independência, altura em que Irene Guerra Marques escreveu e publicou o trabalho intitulado “Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola” (Undolo, 2014, p. 100). De acordo com Undolo (2014, p. 101), “a participação de Marques no Congresso sobre a situação da Língua Portuguesa (LP) no mundo [...] ficou documentada como início dos estudos do PA, e alertou para os sinais de mudança que, já então, caracterizavam o português em Angola”. A estes estudos seguiram-se vários que podem ser agrupados, ainda segundo Undolo (2014), em duas linhas de abordagem:

- i) Os que apenas tratam de empréstimos e adaptações lexicais da LP às línguas autótones e vice-versa;
- ii) Os que abordam as tendências de mudança dentro da própria LP, ou seja, estudos em que se põe em comparação a norma do PE com a variedade angolana em formação (2014, p. 100).

Os trabalhos que se seguiram apontam diversas características recorrentes que hoje são reconhecidas, pelo menos na comunidade académica, como próprias do PA. Entre elas, podemos mencionar questões relacionadas à pronúncia, à colocação pronominal, à concordância nominal e verbal, além de muitos fenómenos de ordem lexical e fonológica. Entre esses trabalhos podemos destacar os de Mingas (1998; 2000) e o de Barros (2002), que defendem a adaptação da Língua Portuguesa aos contextos socioculturais tendo em conta as mudanças ao nível de abertura vocálica, em ordem inversa à articulação portuguesa; na tendência para a anulação do ditongo decrescente; na anulação da ênclise pronominal; na fraca percepção da diferença entre tempos verbais; na tendência à nasalização consonântica; e na lexicalização de vários itens oriundos das línguas locais.

Sem deixar de reconhecer a imensurável contribuição desses estudos para o que hoje já se conhece a respeito do PA, podemos identificar neles duas insuficiências. A primeira é que esses estudos se situam num nível de abrangência que se circunscreve, maioritariamente, ao português falado em Luanda, havendo uma lacuna a se preencher sobre outras variedades do PA faladas em distintas regiões do país. A segunda diz respeito ao aparecimento de uma tendência de se apontar para mudanças do português como sendo decorrentes do contato com as línguas nativas de Angola, fazendo-se para isso comparações por vezes frágeis. Essas comparações deixam entrever afirmações redutoras a respeito das línguas locais, como as de que nelas “faltariam” alguns sons, ou que seus falantes “não alcançariam” realizar certas operações no português (como a concordância ou a colocação pronominal) devido ao fato de as mesmas serem feitas de outra forma em suas línguas maternas.

Podemos identificar esse reducionismo das línguas locais nos próprios documentos legislativos que ainda são vigentes, a começar pelo maior deles, a Constituição da República, na qual se vê que as LAs são designadas de forma genérica:

1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional. (Angola, 2010, p. 12)

Nessa passagem a expressão “as demais” é usada para referir-se a todas as línguas faladas em Angola exceto o português. Ao serem tratadas dessa forma, sem serem nomeadas

individualmente, as LAs são colocadas em um plano secundário na comparação com o português, ficando longe de ser prioridade nas políticas linguísticas e educativas.

Outro documento que dá esse tratamento às LAs é a Lei de Bases do Sistema Educativo, que afirma, em seus pontos 1 e 3:

1. O ensino deve ser ministrado em português. (...) (Lei n.º 17/2016)
3. Sem prejuízo do previsto no n.º 1, podem ser utilizadas as demais línguas de Angola, nos diferentes Subsistemas de Ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio. (alterado pela Lei n.º 32/2020)

É possível identificar, no primeiro enunciado, o valor ideológico da unificação da língua, no caso, o português. Há, nessa passagem, uma voz que oculta o agente responsável pela imposição, produzindo um efeito de eufemismo – note-se que o sujeito da frase é um elemento abstrato, “o ensino”, e o agente da passiva (“ser ministrado por...”) está ausente, o que faz com que a adoção do português apareça como um processo impessoal, quase um princípio natural (efeito apenas amenizado pelo verbo “dever”, que não deixa ambiguidades quanto à obrigação).

O segundo enunciado (alínea 3), por sua vez, introduz a possibilidade de exceção à regra. Porém, esse caso é condicionado a não “prejudicar” o ensino que é feito em língua portuguesa. Com isso, o legislador impõe pela lei da força um princípio que não se ajusta ao direito universal, como se propõe na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL): “todos têm direito ao ensino na língua própria do território onde residem” (Barcelona, 1996). Observe-se ainda que a expressão “demais línguas” continua sendo usada para referir-se genericamente a esses idiomas que não são nomeados.

Na senda dessas análises, problematizamos o alinhamento teórico-ideológico presente no projecto de Lei do Estatuto das Línguas Nacionais, retomando aqui a abordagem de Andrade (2022). No documento em destaque, apontam-se alguns objetivos, conforme abaixo:

O projeto de Lei que ora se apresenta visa, entre outros objetivos:

- a) **Regular** a situação linguística nacional, delimitando as línguas **passíveis de utilização pelo Estado** e incentivando o estudo e investigação científica **das demais**;
- b) **Valorizar e promover** as línguas nacionais, através de instrumento próprio, tal como prevê o artigo 2.º da Lei do Património Cultural (Lei n.º 14/05 de 7 de Outubro);
- c) **Regular** a utilização das línguas nacionais nos órgãos de soberania do Estado, definindo os seus vectores principais;
- d) Definir a **política de inserção** das Línguas Nacionais no sistema de ensino (Angola, 2011; negritos nossos)

Andrade (2022) entende que o termo “regular a língua”, por meio do estatuto, reitera a regulamentação do uso de algumas línguas e oculta a exclusão das outras, além de restringir determinados usos delas. O autor - legislador ressalta a valorização de algumas dessas línguas apenas se estiverem relacionadas à investigação científica, evidenciando que só terão estatuto científico aquelas que forem regulamentadas. Isto pode ser percebido na alínea “a”, em que já se estabelece uma distinção entre as línguas “passíveis de utilização pelo Estado” e as “demais”, às quais cabe o destino de serem “estudadas”, “valorizadas” e “promovidas” – finalidade que pode ser difícil de alcançar se o uso dessas línguas não for instituído.

Em que pese estarem representadas no projeto de Lei do Estatuto das Línguas Nacionais, portanto, o uso das línguas ditas “nacionais” é subordinado ao português, único idioma com garantias irrestritas. Afirma-se reiteradamente o desejo de valorizar as línguas locais, conforme expõe Andrade (2022), tendo em conta os documentos internacionais que orientam nessa direção, mas há poucos indícios de um compromisso em dar existência concreta a essa

valorização para além do próprio ato que consiste em afirmar que as línguas devem ser valorizadas.

Segundo Bourdieu (1996), “a língua legítima não tem o poder de garantir sua própria perpetuação no tempo nem o de definir sua extensão no espaço. Somente esta espécie de criação continuada (...) que se opera em meio às lutas (...) pode assegurar a permanência da língua” (Bourdieu, 1996, p. 45). Em nossa perspectiva, os documentos oficiais e os trabalhos acadêmicos devem ser entendidos como parte desse mesmo processo pelo qual é “continuamente criada” uma imagem das línguas faladas em Angola que, por sua vez, regula e legitima as ações tomadas em relação a elas. Essa imagem, conscientemente ou não, constrói o português como superior às línguas africanas, assim como institui a variedade europeia do português como superior à angolana – o que ocorre sempre que se supõe que a variedade angolana só existe por conta da influência de outras línguas, ou quando se afirma a impossibilidade de acolher essa variedade no Estado ou na escola enquanto ela não estiver plenamente “regulamentada”. A implementação de ações concretas que permitam a construção de uma política linguística aberta à convivência entre as línguas depende, por conseguinte, do reconhecimento de algumas das tendências contrárias que se encontram instauradas nesses âmbitos. Somente assim, pode-se dar a possibilidade de se desenvolver nas escolas e nas instituições o uso de outros idiomas que não necessariamente o português, bem como de reconhecer que o português não precisa ser idêntico ao ideal normativo de matriz europeia, sem discrepância e sem preconceito contra uma Língua Portuguesa assente em estruturas específicas, de acordo com a realidade sociocultural angolana.

Procuramos dar nosso contributo a essa questão enfatizando, em particular, a decisão por trabalhar com um *corpus* composto por textos escolares. A motivação pelo texto escolar prende-se com a ação pedagógica no contexto de diversidade linguística encontrada em Angola. Com efeito, estes textos muitas vezes apresentam características divergentes da norma preconizada pelo discurso escolar, as quais tendem a ser avaliadas como erros e simplesmente corrigidas. Na esteira de Geraldi (2006, p.46), entendemos que essa rotina, além de desautorizar o falante ao uso da língua (ou da variedade da língua) vigente em seu meio social, tende a reforçar a construção de uma relação artificial do aluno com as tarefas escolares.

Ao tomar os manuscritos escolares como ponto de partida, buscamos, de um lado, mostrar a complexidade da tarefa que se coloca para o professor, que precisa ter instrumentos teóricos para identificar e interpretar fatos linguísticos de ordem vária, e também defender a proposta de incorporação da diversidade linguística na aula (Barzotto, 2004) – com que, nos contrapomos à crença de que, seria necessário primeiro completar a descrição da norma angolana para, em seguida, passar a ensiná-la, novamente, como uma norma, fadada a ser distinta da norma dos alunos, uma vez que o português não é falado de forma homogênea no país.

2 Metodologia da pesquisa

Esta pesquisa buscou identificar e caracterizar traços morfossintáticos divergentes da norma europeia em textos escritos pelos alunos do Ensino Secundário, revisando as interpretações correntes de alguns deles e propondo novas interpretações em alguns casos. Por necessidade de circunscrição do escopo, focamo-nos nas estruturas morfossintáticas em manuscritos produzidos por alunos do Colégio nº 246 na região da Calenga, município da Caála, província do Huambo – Angola. Ao examinar os dados, procuramos revisar alguns dos entendimentos que se tem sobre a presença da língua umbundu⁶ no português, mostrando que,

⁶ A Língua Umbundu é uma língua africana pertencente ao grupo bantu. É falada na região Centro e Sul de Angola abrangendo as províncias do Huambo, Benguela, Kuanza-Sul, Bié algumas zonas da província da Huíla. É a língua mais falada de acordo com o Censo de 2024 com 23% da população identificada como falantes da mesma. É classificada conforme as outras línguas do tronco bantu como assente na configuração das classes nominais, como uma língua tonal e emigrou dos seus processos de oralidade para a escrita, sendo a língua das manifestações culturais e religiosas, presente na música, nos negócios, etc.

no tratamento da escrita em contexto escolar, coocorrem fenômenos motivados pela relação oralidade-escrita, pela variação do português e pela coabitação linguística. Os procedimentos teórico-metodológicos adotados no cumprimento desses objetivos são descritos em maior detalhe nos subtópicos a seguir.

2.1 Contexto da pesquisa e desenho metodológico

A pesquisa foi conduzida em uma instituição de escola pública que atende ao ensino Secundário do I e II Ciclos, correspondendo: o I ciclo, aos 7º, 8º e 9º anos de escolaridade e, o II ciclo aos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade. A pesquisa contou com a participação de 105 alunos, divididos entre 33 da 7ª classe, 37 da 8ª classe e 35 de 9ª classe, e alguns alunos das 10ª e 11ª classes, tendo o processo de escrita em sala de aula como o foco primordial do trabalho. O desenho da pesquisa envolveu a prática pedagógica durante três aulas de língua portuguesa em cada uma das turmas, resultando daí uma atividade de produção textual. A proposta de escrita pedia que os alunos escrevessem um texto baseado em fábulas contadas e ouvidas por eles, na sua comunidade, ou uma experiência de vida do próprio aluno. Esta atividade foi realizada na base do projecto “Minha localidade, minhas histórias”, com três etapas sucessivas: a) preparação – informações sobre a importância de escrever as histórias da comunidade; b) escrita – construção do texto; c) discussão e análise linguística.

Nessa atividade foi possível coletar 92 textos, dos quais 50 serviram de análise da pesquisa. Os autores destes textos são crianças pertencentes a uma comunidade com pouca tradição de práticas letradas, ou com o uso predominantemente oral da língua, e onde a língua de maior difusão é o umbundu, conforme evidenciado em um estudo anterior.

O trabalho é de caráter descritivo, com a análise assente na identificação de estruturas que apresentam características do PA e na proposição de interpretações a respeito dos condicionantes que as motivam. O recurso à língua escrita, neste caso, é um desafio para nós, pois que não é muito comum em estudos variacionistas do PA. O que se pode identificar de mais frequente (no PA) é presença de um *corpus* baseado na língua falada, isto é, de base oral. Nessa senda, um dos autores frequentemente citado nesse estudo refere-se ao valor da escrita como tendência das pesquisas no âmbito da linguística moderna, e expressa-se sobre a escassez de estudos dessa natureza no contexto angolano com o seguinte argumento:

Contraditoriamente, a maior parte dos estudos das línguas tem-se centrado na escrita, relegando para o ostracismo a oralidade. No caso de Angola, além de serem escassos os trabalhos sobre a descrição do português, e além de os poucos que existem se terem apoiado, maioritariamente, em textos literários, sendo que alguns nem sequer apresentam *corpora* para fundamentar as alusões que fazem (Adriano, 2014, p. 149)

Apesar de Adriano não trabalhar com um *corpus* escrito no seu estudo, levanta a necessidade de os estudos sobre o PA trazerem as fontes escritas para o estudo da variação, como seriam os textos escolares, que em sede dessa pesquisa consideramos como dados importantes porque podem registar a transposição de traços da língua falada (transcrição) mas, além disso, fornecem indícios da complexa relação entre normatização, variação e escrita. Fazemos a ressalva de que não pretendemos apresentar um trabalho variacionista enquanto tal e estamos cientes das divergências de nossa metodologia em relação àquela; como dito antes, partimos do entendimento de que a necessidade de compreender os fenômenos da escrita em contextos de coabitação linguística é inadiável, razão pela qual propomos uma forma de nos aproximar da questão.

3 Resultados e discussão dos dados

O tratamento que demos aos textos do *corpus* foi organizado em quatro etapas, que são análogas às que o professor precisaria percorrer na avaliação das produções de seus alunos. Essas etapas correspondem a: i) identificação das estruturas divergentes em relação à norma ensinada na escola; ii) agrupamento das estruturas identificadas em categorias; iii) construção de hipóteses interpretativas a respeito da motivação para a ocorrência dessas estruturas; iv) análise dos casos atribuídos à influência do umbundu no português. Os fenômenos identificados foram apresentados num quadro que reflete a síntese dos textos escolhidos como recorte do *corpus* de análise.

3.1 Identificação das ocorrências

No quadro 1, abaixo, apresentamos uma síntese das categorias descritivas produzidas a partir da análise do *corpus*. Na primeira coluna temos a caracterização do âmbito linguístico em que a análise se dá; na segunda temos as categorias descritivas; na terceira coluna elencamos alguns exemplos de ocorrências extraídos do *corpus*; e na quarta apresentamos alguns comentários sobre cada categoria e as circunstâncias em que ocorrem. Os recortes foram feitos a partir da codificação que procedemos aos manuscritos, tomando os códigos T1.A10CL, T16.A10CL, T3.A11CL, significando, Texto 1 do aluno da 10ª classe; Texto 16 do aluno da 10ª classe, Texto3 do aluno da 11ª classe, por diante.

Quadro 1 - Questões de ordem sintática na variação do PA na zona Umbundu

Âmbito de análise	Categoria	Exemplos	Caracterização
Formação do SN	Concordância em Número	1. <i>Eu nunca esquecerei o dia do meu aniversário estava com todo as minha amiga e familiares, e algumas bebida, em casa para a uma grande festa isto foi festa seria! (T1.A10CL)</i>	Ausência de marcação de concordância de número no núcleo do SN
		2. <i>I avolta das 12 horas e 00 o avô cheguo na sua casa e disse aque esta o livro os menino ficarão muito feliz. (T16.A10CL)</i>	
		3. <i>I eles, comessarão a perguntar duvida ao avô e o avô disse que me sinto muito orgulhoso por ver meus menino sabendo. (T16.A10CL)</i>	
		4. <i>Os Angolanos hoje fazem de suas-rendabilidade como um ganha pão um sustento familiar e uma nação mas unida e popular. (T2.A10 CL)</i>	
		5. <i>Más influência [título] (T3.A11CL)</i>	
		6. <i>[...] deveriam alimentar-se alimentos bem preparado e beber água filtrada ea sim vises nao ajoderam mas estar contaminados com este tipos de viros. (T5.A9CL)</i>	
		7. <i>O livro de Pedra <u>a</u> muito ano ainda os nosso avós não eram naisido?. (T9.A9CL)</i>	Ausência de marcação de concordância de número em pré-determinantes do SN
	Concordância em gênero	8. <i>Eu nunca esquecerei o dia do meu aniversário estava com todo as minha amiga e familiares... (T1.A10 CL)</i>	
		9. <i>Angola é um país grande é belo- Ela fas parte do continente a fricano, pela- Sua estensão é um país com apopulação-(T2.A10CL)</i>	
		10. <i>No serto dia, que é numa segunda feira eu e os meus irmaus fomo a lavra e um dos meus irmão vio um pedris e foi ele a correr com o pedris e nos ficamos muito assustado, e eu pensei que eli acabou de ser loco e tambem seguimos eli entam vio um pedris e eu comesei axama-lo jose jose veim co e ele respoten venham apanhar o pedris ali nós comesamos a correr ate que ele ficou muitísimo cacado e ele, ficou muito triste porque não apanhou o pedris. (T14.ACL)</i>	Ausência de concordância de gênero entre determinante e determinado ou entre correferentes
	Concordância com formas de tratamento misto	11. <i>Amigo de onde você tiras tanto dinheiro você não trabalhas pergundou-lhe o pai. (T56.A9CL)</i>	
		12. <i>Ana ontes to vives ela respondeu eu vivo muito distante e ela dissi to quer ficar comigo. (T29.A9CL)</i>	
			Uso do pronome “você” com o verbo na 2ª pessoa - com descrição em Adriano (2014) e Manuel (2018). Uso do pronome “tu” com o verbo na 3ª pessoa

⁷É transcrição *ipsis litteris* do manuscrito.

Formação do SV	Concordância Verbal	13. <i>Outros do clube tinham se separar por causa dos colégio. Então outros foi para o colégio trapandula e outros para a formação de ser professores. (T33.A9CL)</i> 14. [...]Era uma vez eu foi para lavra a caminhando quando chegei ai comesei atrabalhar assi que estou atrabalhar, alavra esta proximo com astrada ouve uma grande puera depois dai fui dar um jiro afinal era um carro chei de broco que capoto. (T47.A9CL) 15. [...]ele gostava sempre de ire no campo os amigo dele não gostava de asestir o jogo e ele gostava muito. ele sosinho saia acor não acretito nos amigo, os amigo não gosta do sonho dele e ele saia toda as manha a fiser o execuicio sempre ele coria muito o vasco jogador. (T41.A9CL)	Descrito por Adriano (2014) e Undolo (2014). Motivada por um sujeito indefinido (no 1º caso) e resultado de pouca monitorização (2º caso)
	Transitividade verbal	16. <i>Avia uma senhora que estava com uma duença e ela nasceu o bebe e os enfermeiro li formaram que não poderia mamentar o bebe depois uma senhora que dotou maravilhosa. (T54.A9CL)</i>	Sem descrição até estudos consultados. Um verbo que passa a transitivo na Língua umbundu

Fonte: Elaboração do autor (2025).

3.2 Discussão dos resultados

Neste item do trabalho, passamos à interpretação de algumas condicionantes que estariam na base desses fenômenos, procurando criar, assim, hipóteses interpretativas para os mesmos. Observaremos alguns desses casos a partir de outras descrições do PA já feitas por estudiosos. Dessa forma, organizamos os dados em dois grandes grupos que correspondem às análises no nível da formação do sintagma nominal (SN) e no nível do sintagma verbal (SV).

3.2.1 Formação do SN

Nesta seção analisamos excertos do *corpus* que refletem questões referentes à concordância nominal em número e em gênero.

3.2.1.1 Concordância em número

Apresenta-se, inicialmente, uma série frequente de fenômenos atinentes à concordância em número, como são os casos a seguir:

- (1a) As minha amiga
- (1b) Algumas bebida

Em (1a) a não concordância padrão do PE com o determinante artigo no plural e os demais elementos (pronome possessivo e nome) no singular e em (1b) a não concordância canônica entre o pronome indefinido no plural “algumas” no plural e o nome “bebida”, no singular. Este constitui um fenômeno que se tem denominado por plural vazio, revelando-se com alguma frequência no português falado em Angola. Casos semelhantes ao de (1b) verificam-se em (2a) *os menino*, (3a) *meus menino*, (4a) *suas- rendabilidade*, e (5a) *más influência* em que o determinante – o primeiro elemento – está no plural e o nome – segundo elemento – no singular.

O *corpus* de Adriano (2014) indica que o fenômeno ocorre com pessoas de todos os extratos, entre elas políticos, médicos e pessoas que ocupam cargos relevantes, o que pressupõe que sejam também pessoas escolarizadas que realizam este tipo de concordância. Do nosso *corpus*, verifica-se que grande parte dos fenômenos de concordância no SN consistem na omissão do /s/ no nome que aparece como núcleo do SN. No entanto é possível verificar-se o mesmo processo de omissão no determinante, ou seja, à esquerda em relação à posição do nome, como em:

- (6a) este tipos de viros.
- (7a) os nosso avós

Em nosso entender, estes exemplos podem ter a influência do contexto linguístico, consistindo, (6a) em um caso de harmonização entre “víros” (vírus) e a palavra “tipos”, integrantes do mesmo sintagma. Pode-se perguntar se a omissão do -/s/ na escrita da palavra “este” resulta das mesmas razões pelas quais ele deixaria de ser produzido na fala, uma vez que também poderíamos considerar que se trata de um acréscimo da letra “s” por influência da grafia da palavra “vírus”. Em (7a), por outro lado, temos o possessivo “nosso” sem marcação de plural, muito embora à esquerda o determinante “os” e, à direita, o núcleo do sintagma “avós”, mostrem essa marca. Aqui pode-se lançar a hipótese de que o relevo fonológico da forma plural “avós” (metafonia) influencia sua ocorrência no sintagma.

No âmbito do SN deve ressaltar-se, ainda, as estruturas afetadas nos contextos verbo-nominais como:

(6b) alimentos bem preparado

(7b) os nosso avós não eram naisido

Nestes casos, ocorrendo à direita, a omissão do morfema do plural – s - constitui um caso de plural vazio em sintagmas adverbiais (bem preparado) e no predicativo do sujeito (não eram nascido).

Uma hipótese levantada para explicar por que o falante angolano produziria sentenças em que não há plena concordância de número entre os constituintes do SN é a de que tal fato teria sua origem no contato linguístico. Neste caso, supõe-se que determinadas estruturas de uma língua angolana estariam por detrás da formação do plural vazio, enquanto característica também do próprio PA. Com relação a essa linha interpretativa, precisamos, desde já, contrapor o argumento de Sasoma (2016) e outros que tomam o mesmo ponto de partida, e que, em nosso entender tem sido um tanto quanto generalizado. Para o autor citado, “a característica típica da constituição morfológica da língua Umbundu é baseada na anteposição dos morfemas de modificação ao radical da palavra para dar-lhe o sentido desejado” (Sasoma, 2016, p. 34). O autor procura generalizar essa proposição afirmando: “daí que, na generalidade, os falantes nativos desta língua tendem a aplicar esta regra na língua portuguesa, sem se darem conta de estar a usar uma estrutura bantu no português” (Sasoma, 2016, p. 34).

Em tese deste artigo, defendemos que os fenômenos da concordância com a omissão do /s/ não se conformam necessariamente a essa hipótese, defendida por uma boa parte dos teóricos. Senão vejamos os exemplos que aponta Sasoma:

a) *Etu tukasi palo pemi lyuti* (1ª P. Plural) = Estamos aqui de abaixo da árvore.

b) *Ovo vavangula Umbundu* (3ª P. Plural) = Eles falam/ sabem falar Umbundu.

Com estes exemplos o autor procura enfatizar o fato de que as modificações sofridas pelo verbo em razão da alternância de número ocorrem à esquerda, no início do vocábulo, ao passo que a posição à direita, ao fim, permaneceria inalterada. A partir das frases colocadas pelo autor, no entanto, é possível notar outro fenômeno, que é a existência da concordância de número entre o sujeito e o verbo em umbundu. Aqui, se demonstra que o umbundu marca claramente a diferença entre singular e plural. Se o português esta deixando de marcar o plural em um dos constituintes do sintagma nominal, portanto, o facto de o mesmo tipo de concordância permanecer sendo produtivo em umbundu é um elemento que atesta contra essa interpretação e sugere que o plural vazio possa ter uma explicação em tendências internas ao próprio português. O fato de o morfema de plural aparecer à esquerda em umbundu não atesta de forma inequívoca que a omissão do /s/ resulte de uma influência da língua umbundu, afinal, usando o bom senso, uma coisa é pôr um morfema à esquerda da raiz, e outra coisa é não pôr um morfema junto à raiz.

Um raciocínio semelhante pode ser feito a respeito da concordância no SN, a partir de comparações entre umbundu e português com dados de nosso *corpus*:

Plural	Singular
Verdadeiro/s/ amigos_____	verdadeiro amigo
<i>Akamba votchili</i> _____	<i>ekamba lyotchili</i>
Os seu /s/ filho /s/_____	o seu filho
<i>Omãla vaye</i> _____	<i>omõlã waye</i>

Nestes exemplos podemos ver que há uma diferença acentuada, em umbundu, entre as formas singulares e plurais das mesmas expressões. De fato, o que esta comparação nos leva a frisar é que a alternância de número em umbundu parece ter um relevo muito maior do que em português, uma vez que se constrói a partir da alternância de pares de morfemas (por sua vez distribuídos em grupos de complexa classificação) e não apenas pelo acréscimo de um morfema. Tal constatação nos parece desfavorecer a hipótese de que o falante de umbundu transfira diretamente ao português uma parte do sistema de expressão do número de sua língua materna, uma vez que se trata de dois sistemas deveras distintos, entre os quais há pouca margem para analogia.

Caso quiséssemos insistir nessa hipótese, seria preciso explicar, ao menos, como a mesma tendência ao plural vazio também se encontra amplamente instaurada no PB, sendo que, nesse caso, não é possível supor que se trate do resultado de coabitação linguística, ao menos para a geração presente. Haveria necessidade, então, de supor (e tentar documentar) que tal fenômeno, no caso brasileiro, é pelo menos tão antigo quanto a última geração de falantes bilíngues de umbundu e de português a oeste do Atlântico; caberia averiguar, por outro lado, se a coincidência resulta de uma origem comum (caso em que a concordância do PA deveria ser tão antiga ou mais que a do PB) ou de paralelismo fortuito (caso em que teríamos de supor que a analogia descartada acima generalizou-se não uma única vez, mas duas).

Mais simples do que isto nos parece supor que, neste caso, há certa tendência a se aceitar uma explicação linguisticamente precária na medida em que ela reforça uma imagem inconsciente a respeito do falante angolano, incorporada por força da colonização, segundo a qual este estaria conspurcando a língua estrangeira, do colonizador, com os “defeitos” de sua língua nativa. Isso corresponde ao que Bourdieu chama de “efeito de censura ou efeito de autocensura e da violência simbólica que pode ser desencadeada por esse mecanismo” (Bourdieu, 1982, p. 73). É contra a perpetuação dessa imagem redutora do angolano que nos parece fundamental exercer uma crítica cuidadosa sobre certas análises que circulam e se reproduzem muito facilmente.

Portanto, há uma diferença acentuada das formas do singular e do plural em umbundu. Apesar de se notar que nessa língua a formulação e/ou a diferença entre plural e singular assenta nos prefixos ou interfixos que também têm a função concordante, não nos parece haver analogia suficiente entre o que se passa nas duas línguas para supor que o que se observa em uma língua resulte de uma transferência da outra.

3.2.1.2 Concordância em gênero

Os casos discutidos acima refletem flutuações da concordância nominal em número e são em maioria dos fenômenos identificados no âmbito do *corpus*. Contudo, outros fenômenos que pareceriam inesperados, por conta da pouca referência em estudos, recaem para a concordância nominal em gênero, conforme refere ainda o quadro sintético:

- (8a) com **todo** as minha amiga e familiares [familiares]
 (9a) Angola é um país grande é belo- ...**Ela** fas [faz] parte

(10a) **um** pedris ... **o** pedris [perdiz]

Estes casos de não concordância em gênero não são sistemáticos no *corpus* e as três ocorrências identificadas, ademais, estão em contextos linguísticos distintos, razão pela qual, pelo momento, consideramo-los fenômenos localizados. Tendo em conta a escassez de exemplos e o contexto das transferências interlinguísticas entre a língua umbundu (própria do contexto dos alunos), consideramos pertinente explorar a hipótese de que possam ter relação com um substrato linguístico umbundu. Tomemos a sentença (9a), escrita em português e em umbundu, e comparemo-la com duas outras sentenças de estrutura semelhante, também mostradas nessas duas línguas.

(9a) Angola é um país... Ela fas parte	português
<i>Ongola ofeka ymwe</i> [-humano] ... <i>oyo</i> [-humano] <i>ylinga onepa</i> ...	umbundu
Ele é um homem melhor	português
Eye [+humano] <i>ulume umwe</i> [+humano] <i>wavelapo</i>	umbundu
Ela é uma mulher que superou todas	português
Eye [+humano] <i>ukây umwe</i> [+humano] <i>wavelapo vosi</i>	umbundu

As sentenças ilustram a existência, em umbundu, de duas formas do pronome da 3ª pessoa, “*oyo*” e “*eye*”. Estas, no entanto, não correspondem ao par “ele” e “ela” em português, uma vez que “*oyo*” corresponde ao pronome que se refere a seres não-humanos e “*eye*” é usado para referir-se a pessoas de qualquer sexo. Deste modo, não encontramos no sistema pronominal em língua angolana uma distinção entre os gêneros gramaticais feminino e masculino análoga ao que se dá em português. Isso é sustentável tomando como elemento diferenciador os traços [+humano] e [-humano], que são priorizados na língua bantu em detrimento do par [+masculino] e [-masculino]. Podemos supor, portanto, que na sequência de “*Angola é um país...*” o elemento “país” é retomado por meio do pronome “ela” e não por “ele” por conta de o falante redistribuir os pronomes portugueses segundo uma lógica que opõe animado e não-animado. É preciso notar, em todo caso, que essa redistribuição não é observada de forma sistemática. Deve-se considerar, também, que a presença do nome “Angola” na sentença (9a), interpretado como um feminino, pode influenciar o aluno a retomá-lo pelo pronome “ela” – caso em que não seria preciso falar de influências do umbundu.

Nesta mesma linha temos ainda casos como:

(8a) com **todo** as minha amiga e familiares [familiares] e
 (10a) **um** pedris ... **o** pedris [perdiz]

Em que o pronome indefinido “todo” tende a concordar com o último termo no SN “familiares” em (8a). Apesar deste se encontrar no plural (um caso que já ficou analisado na seção da concordância em número), neste caso, é possível inferir que o contato linguístico teria influenciado grandemente, sobretudo porque para a língua umbundu o pronome “todo” – “vosi” apresenta-se de forma invariável em gênero, como se pode constatar:

<i>Alume vosi vanda</i>	umbundu
Todos os homens foram	português
<i>Akây vosi vanda</i>	umbundu
Todas as mulheres foram	português

Neste sentido, temos uma única forma para ambos os gêneros, o que pode levar o aluno a representá-lo da mesmo forma para o masculino e para o feminino. O mesmo talvez não suceda em (10a). A palavra “perdiz” pertence ao gênero feminino (usa-se “a perdiz”). Trata-se de

um substantivo uniforme (mais especificamente, um substantivo epiceno). O macho da perdiz tem um nome próprio na língua portuguesa, “perdigão”, sem equivalente na língua bantu. A palavra conhecida na língua um bantu é “ongwali”, sem especificador de gênero. Então, teríamos dois fatores: um derivado da própria língua portuguesa – o de a palavra possuir um único gênero, e outro da língua bantu – a não especificação do gênero no termo que designa esse animal. Uma das questões que essa análise permite é a observação de que nessa transição entre umbundu e o português, em casos dessa natureza, o aluno e/ou o falante opta muitas vezes pelo gênero masculino.

3.2.2 Formação do SV

Em relação ao que ocorre no SV, os fenômenos mencionados não são apenas do âmbito da concordância, mas abrangem também aspetos que afetam a função central do verbo na frase, isto é, a estrutura do predicado verbal e as formas de tratamento. Na sequência analisaremos 4 casos.

3.2.2.1 Concordância com as formas de tratamento

As formas de tratamento misto consistem no uso das formas pronominais – você e tu deslocadas do padrão do PE, onde se faz o recurso a você com o verbo na 3ª pessoa e tu com o verbo na 2ª pessoa. As frases abaixo representam uma diferença com relação ao padrão europeu:

- (11a) Amigo de onde **você** **tiras** tanto dinheiro
(11b) **você** não **trabalhas** pergundou-lhe o pai.

Nas sentenças (11a) e (11b) o aluno usa o pronome “você”, colocando o verbo na 2ª pessoa do singular. Sabe-se que a gramática normativa do PE considera “você” como uma forma de tratamento à qual está atrelado o uso da 3ª pessoa verbal. O fator inverso verifica-se na sentença que se segue:

- (12a) to [tu] quer ficar comigo

Ao contrário da sentença anterior, aqui temos a forma da 2ª pessoa no pronome “tu” com o verbo na 3ª pessoa, “quer”. Nota-se também a grafia do pronome “tu” como “to”, que pode ser explicada pela suposição de dois fatores: a) perda de tonicidade do monossílabo “tu” no grupo de força formado por “tu quer”; b) alteração da grafia por conta da reinterpretação da vogal /u/ como uma vogal átona em posição pretônica, à semelhança, por exemplo, de /'kumu/ (“como”).

Com relação à concordância entre pronome e verbo, o fenômeno é conhecido como forma de tratamento misto e tem sido realçado nos estudos do PA, nomeadamente em Adriano (2014) e Manuel (2015). Quanto aos fatores que o originam, o nosso estudo recorre de igual modo ao contato linguístico, partindo dos exemplos seguintes:

Você vais _____	português
Ove <i>wenda</i> _____	umbundu
Tu queres ficar comigo _____	português
Ove <i>boyongola okukala lame</i> _____	umbundu

Nas sentenças acima, passadas para língua umbundu, o pronome “ove” corresponde tanto a “tu” quanto a “você”. Isso se dá pelo fato de que não há distinção correspondente, em umbundu, entre o pronome de segunda pessoa e a forma de tratamento em terceira pessoa. Esta

é, com efeito, uma característica bastante peculiar das línguas neolatinas, entre as quais há um razoável paralelismo. Ressalte-se que, no que se refere ao PA, as formas *você, o senhor, a senhora*, ainda são usadas com alguma restrição. Para a maioria dos falantes angolanos, tratar o próximo de forma indireta, como modo de atribuir à interação um estatuto formal, no contexto das redes familiares constitui uma autêntica falta de respeito. Isto decorre do fato de que, na cultura bantu, as relações familiares não permitem que as pessoas sejam tratadas com um excesso de formalidade, ficando cada um a ser tratado de acordo com o seu *status* de idade: *o tio, a tia, o mano, a mana, o irmão, o avô* etc.

Manuel (2015), no seu estudo sobre aspetos do português falado em Benguela (uma das províncias de Angola), afirma que “no que diz respeito a este aspeto da forma do tratamento misto, os dados parecem apontar para o uso da terceira e segunda pessoas gramaticais no mesmo enunciado, começando-se o tratamento do interlocutor com uma destas pessoas gramaticais, trocando de tratamento com o mesmo interlocutor a meio do enunciado” (Manuel, 2015, p.55). Nessa medida, o que o autor procura demonstrar também é evidenciado no nosso estudo, acrescentando-se que, o que estaria na base dessa “não consistência” no uso da forma de tratamento é existência de uma única forma na língua angolana já referenciada.

3.2.2.2 Concordância verbal

Outra estrutura que mereceu uma discussão assente no âmbito do SV prende-se com a concordância verbal. Verifica-se uma forte tendência no uso da 3ª pessoa pela primeira – concordância em pessoa verbal – e uma outra tendência do plural (no sujeito) com o verbo no singular – concordância em número. Os casos abaixo pretendem elucidar isso:

- (13a) Então **outros foi** para o colégio twapandula e outros para a formação de ser professores
(15a) [...] os amigo dele não **gostava** de asestir [assistir] o jogo
(15b) os amigo não **gosta** do sonho dele

Na sentença (13a), a correspondência esperada no padrão do PE entre o sujeito “outros”, no plural, com a forma verbal “foram” no singular, não sucede. Um fenómeno semelhante pode ser visto nos casos (15a) e (15b). Todos estes dados alinham-se com o princípio de não-marcação redundante do plural, que, nas três sentenças, pode ser identificado por meio de um elemento mais à esquerda, seja o próprio sujeito, seja um determinante que compõe o sintagma nominal que funciona como sujeito (o artigo definido “os”).

Em (14a), por outro lado, o pronome da 1ª pessoa (eu) está associado a uma forma do verbo que, aparentemente, é a da 3ª pessoa:

- (14a) Era uma vez **eu foi** para lavra

Neste caso, parece-nos mais simples supor que se trata de um fenómeno fonético refletido na escrita, isto é, que o verbo “foi” resulta de uma alteração vocálica da vogal “u” em “fui” que, posteriormente, resulta em uma grafia ambígua. Já registamos esse fenómeno na grafia do pronome “tu” como “to”. Aqui, ademais, qualquer comparação com o umbundu se mostra infértil, já que essa língua distingue perfeitamente a primeira da terceira pessoa.

3.2.2.3 Transitividade verbal

Em última análise, um outro fenómeno que deve merecer atenção é o da transitividade verbal. Destacamos um caso de alteração desse parâmetro encontrado em nossos *corpus*:

- (16a) e ela nasceu o bebe

Neste caso o verbo “nascer” surge como transitivo direto, o que pode ser entendido como sinônima de “ela pariu o bebê”/ “ela deu à luz”. Os papéis semânticos de agente e paciente da ação encontram-se, portanto, invertidos: quem “nasce” é quem “dá à luz”, ao passo que “o bebê” surge como paciente do ato de “nascer”, na posição de complemento direto. Também é possível observar esse dado, por exemplo, na música intitulada “Caíste do Céu”, cantada pelo rapper angolano Cage One, com a participação do cantor Landrick: um dos refrões mais conhecidos da faixa diz exatamente: “*Não é justo te dizer que és bela. Te nasceram ou caíste dos céus*”.

A nossa análise mostra que esse dado é inerente ao contato linguístico. Para sua explicação precisamos atentar aos exemplos abaixo:

ela nasceu o bebe _____	português
<i>Eye watchita oñgaña</i> _____	umbundu
nasceste um menino, ou uma menina? _____	português
<i>watchita omolu ukâyi, ale omolu w’ulume</i> _____	umbundu
Maria, eu sei que andaste grávida, já nasceste? _____	português
<i>a Maliya ame ndatchikuliya okuti waminile. Watchita hale?</i> _____	umbundu

Esses exemplos mostram que em umbundu, o ato de nascer é atribuído a quem dá à luz e não ao ser que vem ao mundo pela primeira vez. E, assim o verbo “nascer” tem caráter transitivo, ou seja, não é um verbo de predicação completa. Para o bebe aplica-se a forma apassivadora – “foi nascido” – *kwatchitima oñgaña, oñgaña yatchitima*. Daqui, surge então, uma tendência gradual de “nascer” como verbo transitivo direto no PA.

Considerações finais

Em termos de conclusão, podemos entender como limite desse estudo o fato de se circunscrever no contexto de apenas uma língua – umbundu no vasto mosaico linguístico e cultural de Angola. No entanto, as estruturas das línguas bantu que partilham de traços comuns podem permitir o exercício para possibilidades de generalização, o que ainda nos pode abrir portas para pesquisas posteriores. Assim, mediante esse estudo foi possível verificar que das várias características que concorrem para a formação do PA, algumas devem resultar da convivência entre o português europeu com as diferentes línguas angolanas no contexto multilingue e, dentre elas, está o umbundu, como uma das mais faladas neste território. Os fatores sócio-culturais que levam à introdução no português de elementos que só encontram expressão na língua umbundu, ou em outra língua africana, combinados com o próprio fator da mudança linguística, fazem com que o português falado e escrito de Angola se distancie cada vez mais do seu ponto de partida. Com isso, entramos em um ciclo de uso da língua que exige estudos descritivos, olhar crítico para os discursos coloniais e, em consonância com esses princípios, é preciso investir em metodologias voltadas para se lidar com a pluralidade no espaço escolar.

A presente pesquisa mostra que as transferências linguísticas estão presentes nas salas de aula, na linguagem oral, mas estão também nas produções escritas de alunos como evidências da pluralidade linguística própria de Angola. Mais do que isso, procuramos advogar que a leitura do texto escolar propõe problemas complexos, uma vez que nem todas as ocorrências de “erros” no texto do aluno podem ser atribuídas à variação da língua, e nem todos os traços que vão surgindo no PA derivam da estrutura originária das línguas angolanas. Tal parece ser o que ocorre com a não concordância em número no SN e com a não concordância entre o sujeito e o predicativo do sujeito, que a despeito da crença difundida no próprio meio acadêmico, não têm paralelos suficientes no comparativo com o umbundu para sustentar-se. Outros casos, ao mesmo tempo, podem ser motivados por este contato, como a forma de tratamento misto; ou o exemplo do deslocamento da transitividade do verbo “nascer”, entre outros.

Essas características afiguram-se como mudanças relevantes na formação do PA, mas precisam ser abordadas com bom-senso e certa cautela, já que, no texto escolar, podem aparecer sobrepostas e misturadas a ocorrências de outras ordens, vinculadas, por exemplo, à relação grafema-fonema ou às circunstâncias da própria produção do texto (lapsos, rasuras, equívocos etc.).

É provável que o primeiro passo para lidar com a pluralidade linguística na sala de aula seja suspender os axiomas tradicionais, substituindo-se a correção de “erros” pela formulação de perguntas – por que é assim que se fala?; de que outras maneiras poderia ser falado?; é preferível escrever como se fala? etc. Se essas perguntas não forem feitas como simples retórica, modifica-se o papel conferido ao próprio aluno, que passa a ser responsável por interpretar a realidade (inclusive a de seu próprio falar), construindo descrições e regras consistentes a partir da observação e do pensamento. Esperamos que o trabalho apresentado aqui forneça um exemplo de caminho de leitura que possa ser seguido no decurso das aulas, tomando-se a produção textual do aluno como um dado.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Natália Penitente. Uma análise Discursiva do Estatuto das Línguas Nacionais de Angola. 2022. In. *Missangas estudos em Literatura e Linguística*. Ano 3. Nº 6. Jul-Dez. 2022.

ADRIANO, Paulino Soma. *Tratamento Morfossintático de Expressões e Estruturas Frásicas do Português em Angola: Divergências em Relação à Norma Europeia*. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Linguística Especialidade: Linguística Portuguesa. 2015.

ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional. 2010.

ANGOLA. *Projeto de Lei sobre os Estatutos das Línguas Nacionais*. Luanda: Ministério da Cultura. 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/408920211/Ante-Projecto-de-Lei-do-Estatuto-das-Linguas-Nacionais-30-12-10-pdf>. Acesso em 28 de Janeiro de 2025.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística (parte I). In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, V.1, 9ªed., rev., p. 23-50, 2012.

AVELAR, José. Gramática, competição e padrões de variação: casos de ter/haver e de/em no português brasileiro. *Revista Estudos Linguísticos*. Belo Horizonte. Pp. 99-143. 2006.

BARZOTTO, Valdir Heitor. Nem respeitar, nem valorizar, nem adequar as variedades lingüísticas. *Revista ECOS*, v. 2, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/1049>. Acesso em: 22 de Nov. de 2024.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 1982.

FERREIRA, Manuel. *Que futuro para a língua portuguesa em África?* Linda-a-Velha: Editor ALAC. 1988.

GERALDI, João Wamderley. *O texto na Sala de Aula*. São Paulo: Ática Editora. 2006

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

- MALUMBU, Moises. *Gramática da Língua Umbundu*. Luanda: Edições Paulinas. 2007.
- MANUEL, Félix Chinjengue Matias. *Aspetos do português falado em Benguela*. Dissertação de mestrado. UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE LETRAS. 2015.
- MINGAS, Amélia Arlete. “O português em Angola: Reflexões”. In *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa* (Vol. 1). Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, pp. 109-126. 1998.
- SASOMA, José. *Interferências da Língua Umbundu na Língua Portuguesa. Estudo Descritivo*. Dissertação de Mestrado. (FCSH) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. 2006.
- SASSUCO, Daniel Peres. Problemática de contacto das Línguas Bantu de Angola e o Português: um olhar sobre o contacto fonético e fonológico. In: TIMBANE, Alexandre António, SASSUCO, Daniel Peres e UNDOLO, Márcio Edu da Silva. *O português de/em angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção Editora. 2021.
- TAVANI, Guiuseppe. “Problemas da expressão linguístico-literária nos países africanos de independência recente”. In. *Estudos Italianos em Portugal*, nº 37 a 39, pp. 79-92. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura. 1976.
- UNDOLO, Márcio. *A Norma do Português em Angola: subsídios para o seu estudo*. Caxito, Angola: Esp-Bengo. 2016.
- UNDOLO, Márcio. Estabelecimento do Plural Vazio no Sintagma Nominal em Português Angolano Contemporâneo. *Revista LUCERE da Universidade Católica de Angola*, pp. 177-188. 2016.
- ZAU, Domingos Gabriel Dele. *A Língua Portuguesa em Angola Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização*. Tese de Doutoramento. UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR Departamento de Letras. Beira. 2011.

Submetido em 31/07/2025

Aceito em 21/07/2026